

Somos Muitos em Abril Nem sempre com intérpretes à altura

JOÃO ABEL DE FREITAS

 10.34640/universidademadeira2024freitas

Interessante coincidência. No 25 de Abril de 1974 encontrava-me no Funchal em trabalho. Um estudo sobre a Indústria dos Bordados e Tapeçarias da Madeira, adjudicado a uma empresa de consultoria, sediada em Lisboa, tinha feito deslocar ao Funchal, durante duas semanas, uma equipa técnica, de que fazia parte, para levantamento de informação junto de entidades oficiais e entrevistas a empresas do sector.

Acontece que, na madrugada do dia 25, sou acordado no hotel onde estava hospedado, o Santa Maria, por um amigo meu que me telefona do Rádio Clube Português (RCP) a dizer: ocupámos há pouco esta rádio para daqui emitir os comunicados da Revolução.

Cheio de sono, levei algum tempo a captar a situação.

Sentia-o todo entusiasmado. Logo tomo consciência e não consigo conter o choque e o medo. Medo, não por mim, longe, mas pelo pequeno grupo que estava a ocupar o RCP e pela incerteza do desfecho dos acontecimentos.

E logo “disparo”: mas vocês seguram isso?

E esse meu amigo, que infelizmente já não está connosco, diz: **somos muitos**. Esta frase de algum simbolismo ainda hoje me acompanha e sobre ela me questiono! E continua: Aqui na rádio estamos poucos. Em Lisboa, somos muitos e de todo o país vêm muitos mais em apoio ao Movimento das Forças Armadas (MFA). É aqui na capital que tudo vai ser decidido, se necessário pelas armas.

O problema – dizia-me ele – vai ser dominar a PIDE - na altura rebaptizada por Marcelo Caetano de DGS, a que a oposição ao regime já tinha designado de PIDE/DGS.

Deixei correr algum tempo para acordar os outros dois elementos da equipa de estudo que estavam no mesmo hotel.

Tomámos o pequeno-almoço muito cedo, um pouco calados, mas a nossa cabeça já estava menos na missão e mais no regresso a Lisboa. Também queríamos participar.

Ainda na manhã de 25 fizemos as visitas programadas às empresas. Pouco se sabia nas empresas, embora um ou outro empresário nos perguntasse se já tínhamos ouvido algo sobre a Revolução que se dizia estar a acontecer em Lisboa. Ainda havia dúvidas...

De facto, pouco sabíamos. Apenas aquele telefonema inesperado e curto e por toda a manhã nada conseguimos de novo.

Regressámos ao hotel e cada um no seu quarto tenta contactos com Lisboa, mas as comunicações não eram famosas; nem com a família se conseguia falar.

Decidimos ir almoçar, passar pela TAP e de tarde anularam-se as visitas às empresas.

Entretanto, o aeroporto de Santa Catarina fechou, mas lá conseguimos viagens para o primeiro e segundo voos quando o aeroporto abrisse. Vim no segundo e só aterrei em Lisboa na manhã de 26 de Abril, ansioso por começar a viver este novo ambiente.

Não se pode dizer que estivesse completamente a leste, pois tinha um ou outro bom amigo ligado ao movimento, mas eram muito cautelosos e por questões de segurança e de compromissos com a organização pouco deixavam transpirar e até comentavam: a PIDE já sabe muito ou pelo menos duvida e não seremos nós a alimentá-la. Se formos hábeis, o melhor é tentar baralhá-los. E penso que alguns, pela sua experiência, o conseguiram. Havia gente cuidadosa e experiente no MFA, a seguir regras precisas de defesa própria e da organização.

Depois, a experiência falhada do golpe militar do 16 de Março de 1974 nas Caldas, para além das prisões, trouxe alguns ensinamentos.

O Golpe Militar das Caldas

Fortuitamente, fui “atingido” sem nada saber do assunto e durante dois ou três dias temi o pior. Admiti pela situação que, por qualquer razão, não estava a dominar, que podia ser apanhado e preparei-me. Também já tinha alguma experiência passada, mas voltar a Caxias não era nada agradável.

Conto este facto porque se trata de um acaso de vida que, *a posteriori*, até nos transporta a outras vidas e nos faz reviver experiências.

No final de tarde de 15 de Março de 1974, participei numa acção de transporte organizado de um casal que ia deixar clandestinamente o país por razões políticas (fuga a ser preso). A passagem da fronteira ia dar-se algures para os lados de Almeida e a minha missão era apenas o transporte durante uma parte do percurso Lisboa-Leiria. E estas missões têm sempre os seus riscos, apesar de bem organizadas.

Seguindo as regras de segurança com todo o empenho (escusado será dizer que o referido casal ia munido de papéis bem fabricados, bilhete de identidade, carimbos, nomes falsos, mas fotos dos próprios pelo que, numa eventual operação stop normal, tudo correria bem e correu), lá entreguei o casal no destino combinado: um café junto a uma bomba de gasolina.

Para não voltar logo a Lisboa - não era muito aconselhável, uma das regras a ter em conta -, fui jantar na cidade e só tardiamente regresssei. Duas horas e meia de caminho e pouco antes de entrar em Lisboa, entre Vila Franca e Alverca, sou apanhado numa brutal operação stop, apesar dos poucos carros que circulavam, pois já era noite adentro.

A brigada de trânsito manda-me encostar à berma (aliás tinha uns *pins* a dividir a autoestrada) e preparo logo os documentos. Mandam-me abrir o porta-bagagem, tinha lá um saco de plástico com meia dúzia de livros técnicos e uns papéis de um relatório de trabalho com muitos números. Miraram os livros, folhearam-nos e mais ainda os papéis do relatório, arrumaram tudo e mandaram-me fechar o porta-bagagem.

O carro tinha sido previamente preparado para a missão para que tinha sido desafiado e, por conseguinte, limpo de tudo o que pudesse levantar a mínima suspeição, tendo aí sido colocados de propósito, os livros e papéis.

Em seguida, abrem o banco de trás do carro. Viram que o banco era desmontável e tinha fecho. Abriam o fecho, *refundiaram* tudo e depois montaram-no, dizendo: pode seguir.

Perguntei-lhes qual era a desconfiança, se estava algo a acontecer. Respondem que estavam “em missão de defesa do País”. Calmamente, ainda perguntei se tinha havido algo de especial. Apenas responderam que não tinham mais nada a dizer. Certamente, mais tarde iria saber.

O tom da fala deixou-me intrigado, preocupado, admitindo a hipótese de que poderia ter que ver com a missão, embora me parecesse que todos os cuidados tinham sido cumpridos calmamente. Mas nunca se sabe e as dúvidas começaram a surgir e a inquietar.

No dia seguinte, soube do “Levantamento das Caldas” e associei-o ao incidente da noite anterior, pois a Companhia do Regimento de Infantaria 5 tinha andado por aquelas redondezas. Mas nunca fiando.

Andei uns dias a vigiar-me a mim próprio de pessoas que me suscitassem desconfiança, não tivesse havido algum percalço no percurso até à passagem da fronteira. Mas mesmo para essa situação estava prevenido. Contudo, essa dúvida não deixava de me provocar um certo calafrio no estômago.

Felizmente, confirmei, passados dias, que a missão correria bem. Menos para os elementos que se sublevaram, em que uma parte (tida como a mais responsável) foi bater à prisão militar da Trafaria, onde esteve até ao 25 de Abril, sendo a restante dispersa por outras unidades militares do País.

Aliás, em algumas unidades que se sublevaram no apoio ao 25 de Abril, uma das *consignas* invocada foi a de “vamos libertar os camaradas presos na Trafaria”.

De regresso a Lisboa

Uma vez regressado da Madeira, a minha curiosidade e ânsia foi a de saber o que acontecera até ali, através de amigos que tinham estado na zona do Chiado (Largo do Carmo e sede da PIDE/DGS), onde muito se passou naqueles primeiros dois dias.

No Quartel do Carmo tinha-se refugiado Marcelo Caetano a conselho de Silva Pais, diretor da PIDE, logo na manhã do dia 25, e dali telefonou ao general Spínola a quem apresentou a rendição do regime, infringindo desta forma todas as leis constitucionais vigentes, pois não o podia fazer sem consultar o PR, o Governo e a AN. E Marcelo Caetano, como professor de Direito, bem o sabia. Alegou mais tarde em sua desculpa que nem o PR conseguiu contactar. Uma desculpa esfarrapada, a encobrir o medo. Spínola vai ao Quartel do Carmo e envia Caetano num blindado, juntamente com outros dois ministros que também ali se refugiaram, para a Pontinha, onde permaneceu até ser enviado para o Funchal.

Da multidão amontoada no Largo do Carmo, que percebeu quem era a personagem a sair no blindado, eram só apupos e outras expressões bem mais “bonitas”. Já era um começo de festa.

Na sede da PIDE, na rua António Maria Cardoso, a situação foi bem mais complexa. Tentaram os fuzileiros entrar na manhã do 25 de Abril com um grupo comandado pelo primeiro-tenente Vargas Matos, mas o número de fuzileiros era muito menor que os *pides* armados que ali estavam, pelo que tiveram de adiar a situação através de uma manobra dilatória. No entanto, a PIDE atirou sobre a multidão por duas vezes, no dia 25, tendo sido mortas 4 pessoas e feitos vários feridos.

Só no dia seguinte a sede foi ocupada por uma equipa conjunta marinha/exército, após negociações e sem oposição, tendo os *pides* empilhado as armas numa sala e permanecido numa outra.

De regresso ao trabalho, divagava-se mais do que se trabalhava e terminado o tempo de emprego que se queria curto, a rua e os sítios de encontro ou de manifestação

de apoio a tudo eram os locais onde se sabia haver movimentações, por onde circulavam as forças armadas de cravo vermelho nas espingardas ou nos uniformes.

E muita coisa ia sucedendo.

A minha primeira participação na Revolução dos Cravos foi a presença na libertação dos presos políticos de Caxias.

Com um grupo de pessoas, quase todas com familiares ou amigos presos, vou para Caxias, para próximo dos dois edifícios da cadeia: Reduto Norte e Reduto Sul. Este era o reduto dos interrogatórios e torturas, que bem conhecia.

A libertação dos presos de Caxias foi um processo moroso, pois a Junta de Salvação Nacional, cujo presidente era o general Spínola, tentou uma separação entre os presos: de um lado, “aqueles que se encontravam detidos por motivos ideológicos”; do outro, os “que eram réus de crimes comuns”. Era este o conceito da Junta. É evidente que os detidos por crimes tidos como de delito comum o eram também por motivos ideológicos; as circunstâncias é que tinham sido diversas.

A resposta dos presos foi de grande firmeza e solidariedade entre si – “todos ou ninguém” –, apoiados pela grande determinação da enorme multidão que gritava cá fora as mesmas palavras de ordem.

Depois de variadíssimas negociações entre os advogados dos presos e uma comissão de militares, a Junta de Salvação Nacional acaba por aceitar a libertação de todos os presos políticos.

A libertação dos presos políticos de Caxias, na manhã de 27 de Abril, constituiu, a meu ver, o grande marco de ruptura com o regime de Salazar/Caetano.

Foi na base dos muitos milhares de presos políticos, muitos deles torturados, e de um número de mortes significativo, que o regime se sustentou.

Foi a polícia política, sob as suas diversas designações ao longo do tempo (PVDE/PIDE/DGS), o instrumento em que assentou fortemente a duração do regime.

O medo que a polícia política induzia, invadindo as casas a altas horas da noite para prender as pessoas, atirando sobre pessoas sem defesa nas ruas e depois, na prisão, torturando-as de forma refinada, intimidava a sociedade portuguesa. Tolhia a coragem, mesmo a dos mais corajosos.

Quase em simultâneo com Caxias, deu-se a libertação dos presos da cadeia de Peniche. Eram muito menos os que se encontravam ali, condenados a penas mais longas, algumas agravadas com medidas de segurança.

O primeiro Primeiro de Maio, a Festa da Liberdade

Foram uns dias de efervescência muito grande até ao primeiro Primeiro de Maio em Liberdade.

Alguns daqueles que desfilaram naquele Primeiro de Maio de 1974 já o tinham feito, por vezes, no Rossio, na baixa de Lisboa, sob a vigilância de elementos da PIDE e a repressão da polícia, enfrentando alguns dias de prisão nos calabouços do governo civil ou até em Caxias.

O Primeiro de Maio de 1974 em Lisboa (e no País) foi um dia da maior Liberdade. Muitos se davam com muitos, sem nunca se terem dado. Um dia de Festa.

Tudo correu bem até ao estádio, hoje Primeiro de Maio, designado então de FNAT (Federação Nacional de Alegria no Trabalho).

Aí, na escolha das pessoas para falar à multidão que estava dentro e fora do Estádio, ter-se-ão registado os primeiros desaguizados entre os políticos. Maus augúrios do futuro.

De facto, sob diferentes formas, a grande festa popular daquele Primeiro de Maio começa a abrir as primeiras brechas e as desilusões.

Na realidade, pensamentos muito diferentes para o País se cruzavam no horizonte, para além do travão da Junta de Salvação Nacional, constituída por figuras gradas das altas esferas militares, conservadoras na sua maioria, que tentavam travar avanços progressistas e de mudança na sociedade portuguesa. Muitas dúvidas/divergências havia para o seguimento da institucionalização de um regime democrático no País e mais ainda na relação com as colónias. Caminhos que se foram cruzando e descruzando com muitas fricções, mas que, apesar de tudo, com algum bom senso se iam ultrapassando.

E a vida ia correndo com muita agitação e alegria.

Um movimento sindical forte, já experimentado em lutas anteriores, ia arrastando tomadas de posição.

O primeiro governo provisório

Menos de um mês depois, a 16 de Maio de 1974, surge, a convite do general António de Spínola, o governo de Palma Carlos que teve uma vida muito curta: 56 dias.

Um governo que nasce de uma correlação de forças ainda mal definida, em que os militares que fizeram o levantamento eram conduzidos por anteriores chefias que tinham sido escolhidas apenas por alguma discordância mostrada com o regime. Figuras como o

próprio Spínola ou Galvão de Melo eram pessoas de espírito antidemocrático e provaram-no depois, em conspirações contra o regime em implantação pelo MFA.

Este governo deve ter sido um dos menos extensos da nossa história democrática: 11 ministros e um primeiro-ministro, composto pelas individualidades mais conhecidas dos partidos (já legalizados ou em vias de legalização) e da sociedade. Para além de Palma Carlos, havia Sá Carneiro, como ministro adjunto, Álvaro Cunhal e Pereira de Moura, os dois ministros sem pasta, Firmino Miguel, ministro da defesa, Almeida Santos, ministro da coordenação interterritorial, Magalhães Mota, ministro da administração interna, Vasco Vieira de Almeida, ministro da coordenação económica, Mário Soares, ministro dos negócios estrangeiros, Eduardo Correia, ministro da educação e cultura, Avelino Gonçalves, ministro do trabalho, Mário Murteira, ministro dos assuntos sociais, e Raul Rego, ministro da comunicação social.

Uma lei orgânica interessante na composição dos ministérios, curta e com lógica.

Hoje, não se percebe o porquê de tanto ministro e se pensarmos no número de secretários é um exagero.

Salário mínimo nacional

É neste primeiro governo que surge o salário mínimo nacional, fixado em 3 300 escudos pelo *decreto-lei nº217/74 de 27 de Maio*.

É o próprio ministro do trabalho, Avelino Gonçalves, quem explica em entrevista ao jornal *Público* (13/04/2014), como se chegou a este valor.

Citando as suas palavras, ele diz que foi na discussão do governo que este valor foi encontrado.

O ministro do trabalho começa por propor 4 000 escudos e, depois de alguns dias de debate, estabelecem-se os 3 300 escudos.

Os patrões reagiram com medo. Consideravam um aumento “escandaloso” e diziam que iam para a falência.

Avelino Gonçalves afirma, então, que aquela era uma reivindicação muito sentida mesmo antes do 25 de Abril. E lembra que em 1973, num plenário da Intersindical em Lisboa, no sindicato dos químicos, já esta questão constava na ordem de trabalhos.

Em sua opinião, este aumento do salário mínimo teria um embate na economia muito arrastador, desencadeando uma dinâmica aquisitiva muito alargada: electrodomésticos, mobiliário, têxteis, calçado, cerâmica, compra de casas, compra de automóveis...

O governo, no entanto, chegou à conclusão de que havia zonas do país onde o tecido económico-social era tão frágil que não comportava de imediato a aplicação do salário mínimo nacional a todas as actividades. É, neste contexto, que nasce a Comissão para Aplicação do Salário Mínimo nas Ilhas Adjacentes

Comissão para Aplicação do Salário Mínimo nas Ilhas Adjacentes

Considerando os problemas específicos resultantes da aplicação do [Decreto-Lei n.º 217/74](#), de 27 de Maio, nos arquipélagos da Madeira e dos Açores em razão da sua particular situação económica e social, o Conselho de Ministros deliberou criar imediatamente uma comissão interministerial composta de representantes de livre escolha dos Ministros da Coordenação Económica e do Trabalho.

Esta comissão entrará imediatamente em funções, competindo-lhe estudar os problemas derivados da aplicação do referido diploma àqueles arquipélagos e propor com urgência aos respectivos Ministros as medidas adequadas à sua imediata resolução.

*Presidência do Conselho de Ministros, 24 de Junho de 1974.
O Primeiro-Ministro, Adelino da Palma Carlos.*

A comissão interministerial levou algum tempo a ser constituída e tomou posse em São Bento, já com o II Governo Provisório. Posse dada pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

Fiz parte da comissão interministerial, indigitado por Rui Vilar, Ministro da Economia do II Governo Provisório.

A referida comissão era constituída por elementos de três Ministérios: Economia, Trabalho e Segurança Social.

Na qualidade de membro da comissão interministerial, juntamente com os outros representantes, partimos em trabalho técnico, primeiro ao distrito autónomo do Funchal e depois aos três distritos dos Açores, durante o mês de Julho e parte de Agosto.

Interessante que, no Funchal, nos foram esperar ao aeroporto, alguns sindicalistas, designadamente da construção civil, estabelecendo-se, logo ali, a conversa sobre as questões do trabalho que competia à comissão analisar, e disponibilizando-se os sindicatos para nela participar.

O nosso trabalho no Funchal foi muito diverso. Decorreu nas instalações da Junta Geral, com apoio administrativo de pessoal da Junta e em ligação com os representantes locais do MFA, designadamente o major Faria Leal.

Para além da recolha de informação e contactos junto de sindicatos e empresas, umas individualmente, outras através de alguma organização patronal incipiente (não nos podemos esquecer que existiam os grémios, embora em extinção, bem como as várias

instituições oficiais: Junta Geral, Junta de Turismo, Comissão de Planeamento) e de alguns directores de bancos. A Comissão teve de servir de mediadora em várias greves que estavam a decorrer.

Com algum sucesso, conseguimos sanar as greves depois de negociações prolongadas e complexas. Lembro-me sobretudo da dos transportes públicos. Conseguiu-se intermediar um acordo salarial assinado entre as partes.

Como único elemento da comissão natural da Madeira, tinha mais conhecimento do terreno e contactos, o que se tornava normal servir aqui e ali de intermediário.

Mas a equipa tinha procedido, em Lisboa, à leitura de vários relatórios e exposições sobre a Madeira, enviados por instituições locais, o que nos permitiu estar um pouco à vontade nas negociações de intermediação nas greves.

Por outro lado, este contacto com o terreno também nos deu material para a formatação do relatório a apresentar aos respectivos ministros, com propostas de medidas relativamente fundamentadas, distinguindo entre a intervenção imediata e a de mais longo prazo, com vista à correcção da estrutura económica e salarial.

Uma das conclusões mais em foco era a de que sectores havia que não podiam, no imediato, entrar no salário mínimo, como por exemplo o dos bordados.

Mas mesmo aqui houve avanços. Os trabalhadores das casas de bordados tinham garantidos apenas dois dias de trabalho por semana a 20 escudos/dia. A Comissão conseguiu que as empresas se responsabilizassem de imediato por garantir 50 escudos/dia, cinco dias por semana. Uma mudança de paradigma que, de 40 escudos por semana, passou para 250 escudos garantidos.

Como escrevi num texto em co-autoria com o Engenheiro Rui Vieira, em 2008:

o 25 de Abril veio levantar o véu às difíceis situações de pobreza em que grande parte da população da Madeira e [do] Porto Santo vivia mergulhada e pôr a nú os antagonismos bem visíveis de uma sociedade muito estratificada socialmente. Uma pequena minoria gozava de um poder de compra elevado e alguma ostentação demonstrada no passado recente acicatava ainda mais as contradições.

O 25 de Abril veio gerar um ambiente propício a um certo ajuste de contas e fazer com que as pessoas, agora mais libertas, exercessem o seu poder reivindicativo e contestatário (AAVV, 2008: 145-146).

A economia da Madeira no 25 de Abril apresentava índices económicos de verdadeira zona subdesenvolvida. Uns quantos indicadores a situar esse quadro de subdesenvolvimento são os seguintes:

- Rendimento por habitante inferior a metade da média nacional (em 1976, 21 contos/ano na Madeira, contra 52 contos no País);

- Elevada percentagem da população activa a viver da agricultura, maioritariamente de sobrevivência;
- Elevada taxa de mortalidade infantil, a par de altas taxas de natalidade;
- Larga dependência do exterior (continente), em termos de abastecimento;
- Concentração elevada dos meios de produção nas mãos de um núcleo de famílias sediadas no Funchal e com origem estrangeira, designadamente os ingleses, que dominavam grande parte da economia da Madeira;
- Um tecido económico muito frágil e descapitalizado, com elevada percentagem de créditos malparados, indiciando uma classe empresarial mal preparada, com realce na construção civil.

Muitos outros indicadores poderiam deixar-se aqui, como o elevado índice de analfabetismo.

Mas estes bastam para uma imagem de como a Comissão Interministerial encontrou, então, a sociedade e a economia madeirenses. E foi isto que se transmitiu depois, nos relatórios aos ministros de que a comissão dependia.

Uma medida, entre outras, que apresentámos, com a consciência plena de que algo ainda ficava por fazer, consistiu na seguinte, que transcrevo:

NOTA FINAL

A Comissão entende que é urgente a análise em profundidade da viabilidade dos polos de desenvolvimento apontados para a Madeira e Açores bem como a detecção de outros. Nesse sentido permite-se sugerir a criação de uma comissão a funcionar com carácter permanente. Essa comissão deve, em nosso entender, ser bastante alargada e integrada por elementos das respectivas regiões e de diferentes ministérios.

Esta nota final fazia parte de notas autónomas separadas, apresentadas para a Madeira e Açores que, no caso da Madeira, se intitulavam de *Plano Mínimo de Desenvolvimento para o Arquipélago da Madeira*.

A última proposta era mesmo a de um financiamento por parte do Governo Central que, como ordem de grandeza, apontava para meio milhão de contos.

Como apontamento final, acrescento que este valor acabou por ser atribuído, embora com atraso, à Junta de Planeamento da Madeira, criada em Março de 1975.

Paro aqui, porque fiz parte da Junta de Planeamento e é uma questão de algum melindre, ajuizar em causa própria.

De qualquer modo, anoto que a decisão de abolir a figura de Governador Civil representou um marco na história da Madeira e do País. Constituiu um avanço para o embrião da instituição das ideias autonómicas que tinham raízes muito anteriores. Neste

processo de transição, a Região da Madeira foi pioneira, porque mais reivindicativa e porque a existência de um único distrito tornava o processo mais fácil.

No entanto, não posso deixar de insistir que, para mim, a regionalização continua incompleta porque ainda não conseguiu materializar o quadro constitucional da Continuidade Territorial e da Solidariedade Nacional. Duas ideias que me são muito caras e que defendo merecerem estudo aprofundado e uma discussão séria sobre como as implementar. De vez em quando tenho sugerido, em escritos, algumas pistas, sobretudo como ler a Continuidade Territorial em termos de acessibilidade a uma zona periférica (mercadorias e pessoas).

E a terminar, deixo um profundo reconhecimento aos dinamizadores e mentores da Comissão das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril na Madeira. Ofereci alguma resistência a integrá-la, por viver longe e nem sempre entender a “realidade humana” da Madeira. A feitura deste depoimento deve-se também à insistência de algumas das pessoas que a integraram. Reconheço que pouco acrescenta. Apenas algumas vicissitudes do acaso podem gerar curiosidade da sua leitura.

E mesmo, mesmo a terminar, a manifestação da minha apreensão pela situação que as eleições legislativas de 10 de Março de 2024 proporcionaram ao País. Não é que tenham trazido grandes novidades. Mas nunca pensei que fossemos comemorar os 50 anos do 25 de Abril num ambiente de tanta incerteza política. Ganhar força para continuar o 25 de Abril é um dos meus votos.

Ainda somos muitos nos 50 anos de Abril. Apenas não encontrámos as formas de reunir as forças desses muitos que somos.

Lisboa, 16.03.2024

Referências bibliográficas:

AAVV (2008), *A Madeira na História. Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa: Âncora Editora.

FARIA, Natália (2014) "A criação do salário mínimo em 1974 foi um impulso para a economia" [entrevista a Avelino Pacheco Gonçalves], *Publico*, 13 abril. Disponível online: <https://www.publico.pt/2014/04/13/sociedade/noticia/a-criacao-do-salario-minimo-em-1974-foi-um-impulso-para-a-economia-1631964>.

Presidência do Conselho de Ministros, "Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de maio", *Diário do Governo*, n.º 123/1974, Série I de 1974-05-27, pp. 654-657.

João Abel de Freitas - economista natural da Madeira. Foi Director do Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia e da Revista *Economia e Prospectiva* (1998-2003). Trabalhou como consultor da UNIDO (Nações Unidas) e de empresas nacionais e estrangeiras em Portugal, África e América Latina (Brasil). Publicou oito livros sobre a Madeira em temas de índole económica e social, designadamente sobre o período do Estado Novo. Participou em edições colectivas sobre temas de economia portuguesa. Publica regularmente artigos de opinião em jornais portugueses de economia e, de vez em quando, em alguns estrangeiros. O seu mais recente livro, publicado em Setembro de 2023, é *A Energia na União Europeia/Política Errática e de Conflito*.